



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE FRANCA - “COMUPI”

1
2 **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA –**
3 **COMUPI, GESTÃO 2021/2023, EM 07 DE JULHO DE 2023.** No dia sete de Julho de dois mil e vinte e três,
4 às 8h30 da manhã, na Sede do COMUPI - SEDAS, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Pessoa
5 Idosa de Franca – COMUPI, para a 11ª Reunião Extraordinária deste Conselho. A abertura da Reunião foi
6 realizada pela Presidente Lígia Leal, que solicitou à Secretária Executiva Sra. Mariângela Finotti, a contagem
7 do quórum necessário para as deliberações desta Reunião, que foi confirmado. **1 – EXPEDIENTE DA**
8 **REUNIÃO: 1.1. Verificação de quórum:** Registro das presenças: **Conselheiros Titulares:** Ana Lúcia, Célia
9 Regina, Camila, Victalina e Silvia. **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Sônia Lúcia, Luciana, Lígia e
10 Antonieta. **Conselheiros Suplentes:** Iraci. **1.2. Registro das ausências: Justificadas:** Andreia Faria, Gabriela,
11 Bruna, Tairine, Fabrício, Luís Cláudio, Juceny, Raquel, Paulo, Giane, Nancy Soares, Andreia Liporoni e Luís
12 Batista. **Injustificadas:** Alex Sandro, Elenice, Maurício, Nancy Cardoso e Marco Polo, **Convidados:** Gislaine,
13 Secretária de Ação Social. **2 - Referendo de aprovação de ata:** Sem atas a serem referendadas nesta data. **3 -**
14 **Aprovação da pauta:** Pauta aprovada pelos presentes **4 – ORDEM DO DIA: Assuntos: 4.1. Deliberação do**
15 **Colegiado relativo à devolutiva da Gestão da Secretaria de Ação Social – SEDAS, pela Secretária**
16 **Gislaine Alves Liporoni Peres, sobre a Resolução nº. 1/2023 do COMUPI, que dispõe sobre os Eixos**
17 **Temáticos na aplicação de recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Franca - FMPIF, por meio**
18 **dos Editais de Chamamento Público, de Inexigibilidade de Chamamento Público e para os Editais das**
19 **Instituições de Fomento.** Mariângela lembrou que na última Reunião Ordinária do Conselho Municipal da
20 Pessoa Idosa (COMUPI), foi revisado e finalizado o texto de uma Resolução. Decidiu-se que o texto seria
21 encaminhado à Gestão da SEDAS para revisão antes da publicação, enfatizando a natureza colaborativa do
22 processo. Portanto, nesta reunião houve a presença da Secretária de Ação Social do Município, Sra. Gislaine,
23 para o seu parecer sobre o texto da Resolução proposta. Ela destacou a responsabilidade do Conselho neste
24 processo que envolve os recursos do FMPIF, e a necessidade de ser considerada a Lei nº 13.019, que orienta as
25 resoluções e a distribuição de recursos públicos. Gislaine exemplificou a necessidade de alinhar os Editais com
26 essa legislação, citando um caso recente ocorrido com o Conselho da Criança, em relação ao Projeto das Cestas
27 Verdes, de Insegurança Alimentar. A Secretária ressaltou a importância de detalhar os Editais, para evitar
28 interpretações equivocadas. Destacou a transição recente para um sistema automatizado de Gestão de
29 Parcerias, para melhorar a eficiência na prestação de contas. A Secretária Executiva Mariângela reportou o
30 valor do Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMPIF indicando um total de 1 milhão e 300 mil reais disponíveis,
31 sendo que deste, 500 mil reais referem-se as verbas carimbadas. Diante disso, Gislaine levantou sua
32 preocupação sobre como dividir os recursos entre os 17 sub-temas propostos, considerando que os recursos do
33 Fundo disponíveis para o Edital, seria de aproximadamente 600 mil reais. Destacou as mudanças trazidas pela
34 nova lei, ressaltando a importância de critérios rigorosos nos Editais e prioridades claras nos Projetos Sociais

3 CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE FRANCA - “COMUPI”

4

35 submetidos pelas Entidades. Expressou preocupação com a redação e avaliação desses documentos, enfatizando
36 a complexidade do processo diante das limitações financeiras e da diversidade de demandas das Entidades.
37 Disse que as notas fiscais são inseridas no sistema da Prefeitura, pelas próprias OSCs, bem como que a Gestora
38 das parcerias é a Ana Paula da SEDAS. Gislaine apontou a necessidade de formar uma Comissão Conjunta da
39 SEDAS com o COMUPI, para auxiliar na redação do Edital, visando evitar possíveis conflitos de interesses.
40 Segundo ela esta medida visa garantir imparcialidade na elaboração do documento, especialmente considerando
41 a presença de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) no Conselho, que podem ter
42 interesse nos projetos propostos. A Secretária Executiva Mariângela mencionou que no COMUPI já é adotada
43 essa regra de formar Comissões, sem a participação de membros das OSCIPs na elaboração dos Editais. O
44 Colegiado levantou a questão das verbas carimbadas, destacando a necessidade de decidir se os Projetos Sociais
45 concorrentes poderiam manter essas verbas ou se deveriam abrir mão delas. Lígia levantou questões sobre a
46 alocação de recursos em Projetos Sociais de diferentes valores e a necessidade de transparência no processo de
47 seleção. A Secretária Gislaine enfatizou a importância de publicar todas as informações relevantes no Edital
48 para evitar possíveis contestações, garantindo assim a clareza e transparência do processo. Também foi
49 discutido se as Entidades proponentes poderiam ajustar seus projetos após o julgamento. Gislaine explicou que
50 isso é permitido pela Lei nº. 13.019, mas ressaltou a importância de critérios claros e objetivos para evitar
51 questionamentos. Um ponto crítico levantado pela Secretária foi entre o valor disponível no Fundo, a
52 diversidade de subtemas propostos e a falta de recursos suficientes para abranger todos os temas, que levanta
53 desafios ainda maiores por ocasião da elaboração do Edital. Foi sugerido deixar a Resolução mais genérica e
54 lançar Editais específicos para cada subtema, visando uma abordagem mais detalhada e eficaz. Além disso, foi
55 mencionado o uso do sistema "GESUAS" da Assistência Social, que fornece dados e indicadores para embasar
56 a tomada de decisões, incluindo os temas abordados na resolução. A Secretária Gislaine colocou à disposição
57 do Conselho, o acesso aos dados e indicadores do "GESUAS", caso seja necessário para embasar futuras
58 decisões e ajustes na Resolução. No entanto, foi destacado que este já fora usado para embasar os temas da
59 resolução. Gislaine respondeu a uma dúvida de um membro do Colegiado, indicando que a Resolução atual é
60 ampla e flexível, o suficiente para permitir uma variedade de abordagens nos Chamamentos subsequentes. Ela
61 sugeriu a possibilidade de enxugar os temas, para que todos fossem incluídos em um único Chamamento, mas
62 considerou interessante a ideia de realizar Chamamentos específicos para cada tema, permitindo que o
63 Conselho escolha os temas prioritários a serem abordados em cada Chamamento. Gislaine destacou a
64 importância de uma abordagem cuidadosa e ponderada para evitar questionamentos e recursos futuros, que
65 poderiam resultar na anulação dos Editais lançados. Ela pontuou que todo o processo deve ser meticulosamente
66 planejado e executado para garantir o sucesso e a eficácia das iniciativas. Uma preocupação foi levantada pela
67 Presidente Lígia em relação a não paridade nas Comissões. Ela enfatizou que, a Gestão atual da SEDAS é
68 técnica e capacitada, mas não se pode garantir que essa competência se mantenha nas futuras gestões. Essa

5 CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE FRANCA - “COMUPI”

6
69 incerteza ressalta a importância de garantir que os processos e as decisões sejam cuidadosamente alinhados com
70 a legislação e os melhores padrões de prática, independentemente da composição futura da equipe. A Secretária
71 achou válida a preocupação quanto à composição das Comissões ao longo do tempo, destacando a importância
72 de garantir a competência e imparcialidade dos membros envolvidos. E, ponderou que nos próximos cinco
73 anos, a preocupação não deve se concentrar na paridade dessas Comissões Conjuntas, mas sim na incerteza
74 sobre quem estará liderando o Conselho e quais serão suas competências. Propuseram que a Comissão
75 Conjunta de elaboração dos Editais não tenha um limite fixo, podendo envolver três ou quatro Conselheiros do
76 COMUPI, desde que seja garantida a imparcialidade e a competência necessária. Salientaram também a
77 possibilidade de formar Comissões Conjuntas diferentes para cada Chamamento, adaptando-se às necessidades
78 específicas de cada Projeto Social. Gislaine destacou a prática atual de selecionar membros com base em suas
79 especialidades, buscando sempre garantir que tenham propriedade sobre o tema em análise. Ressaltaram a
80 flexibilidade dessa abordagem, permitindo a escolha de diferentes indivíduos para diferentes Projetos Sociais,
81 de acordo com suas áreas de expertise. Ficou estabelecido durante a Reunião que será essencial manter a
82 distinção entre a Resolução e o Edital de Chamamento Público. Serão necessários dois Processos: um Edital de
83 Chamamento Público e outro processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, este último não
84 competitivo. O Colegiado concordou ser importante manter a Resolução abrangente, contemplando todos os
85 temas relevantes, enquanto o Edital de Chamamento Público será mais detalhado, especificando os critérios e
86 detalhes operacionais. Enquanto a Resolução pode abranger uma ampla gama de Eixos Temáticos, o Edital de
87 Chamamento Público pode focar em apenas alguns desses Eixos, por exemplo, dois. Houve uma explanação de
88 que a Resolução não equivale aos temas do Edital de Chamamento Público, e que ainda não foi decidido como
89 será esse Edital de Chamamento Público, mas que por questões de privilégio das informações, não poderá ser
90 apresentado ao Colegiado, antes da publicação no Diário Oficial do Município - DOM e do acesso a todas as
91 OSCs, indistintamente. Para os Editais das Instituições de Fomento, foi destacado que os Eixos já vem prontos,
92 e a mesma Comissão Conjunta poderá ser designada para analisá-los, desde que sejam selecionadas pessoas
93 com propriedade sobre os temas em questão. Ficou óbvio que a seleção dos membros das Comissões Conjuntas
94 precisam ser feitas com antecedência, pois assim que o Edital for lançado, a composição da Comissão Conjunta
95 deverá ser publicada. Portanto, os detalhes operacionais serão definidos nos Editais de Chamamento Público,
96 enquanto que a Resolução permanecerá como um documento abrangente, estabelecendo os temas e diretrizes
97 gerais para os Projetos Sociais, financiados pelo Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Em resumo, a discussão
98 abordou três tipos de processos para alocação dos recursos do Fundo. Primeiramente, foram mencionados os
99 Editais das Instituições de Fomento, como a MAFRE, o Santander, o ITAU Social e outros, que já possuem as
100 regras prontas, requerendo apenas a análise detalhada pela Comissão Conjunta. Em segundo lugar, foram
101 destacados os processos de Inexigibilidade de Chamamento Público para as verbas carimbadas, que demandam
102 a Resolução do COMUPI e contemplam uma variedade de Projetos Sociais. Por fim, os Editais de Chamamento

7 **CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE FRANCA - “COMUPI”**
8

103 Público, que necessitam de definição sobre a amplitude dos eixos, número de Projetos Sociais por Entidade,
104 valores por Eixo e outras questões específicas, como a inscrição no COMUPI e ou no CMAS. A Gestão da
105 SEDAS solicitou a contribuição do COMPI, por meio da Comissão Conjunta, na definição desses detalhes,
106 garantindo assim a conformidade com os parâmetros estabelecidos. Enquanto a Resolução definirá os Eixos
107 Prioritários, os detalhes operacionais serão tratados na construção dos Editais. Os participantes defenderam que
108 as Entidades tenham o direito de participar tanto dos processos de Inexigibilidade de Chamamento Público das
109 verbas carimbadas, quanto dos Editais de Chamamentos Públicos, enfatizando a importância de se evitarem
110 limitações, que possam surgir, devido a questionamentos e situações específicas de cada Edital. Quanto aos
111 prazos e à simultaneidade dos Editais, foi sugerido que possam ocorrer concomitantemente, sem problemas. Por
112 fim, houve uma sugestão de que, se todos concordassem com o que foi proposto, não seria necessária outra
113 Reunião para deliberar, pois o assunto já foi amplamente debatido e analisado pelos Conselheiros/as presentes,
114 cuja reunião contou com o quórum necessário para as deliberações, dando assim celeridade ao processo, sendo
115 considerado aprovado, **5 – INFORMES GERAIS 5.1. Próximas Reuniões do COMUPI: 14/07 – Das 8h30**
116 **às 10h30 – Reunião de Articulação da Semana Municipal de Valorização da Pessoa Idosa.** Sem mais para o
117 momento e agradecendo a presença de todos, a Presidente Lígia Andrian Leal Serenza encerrou a presente
118 reunião; a ata foi lavrada pela Conselheira Sra. Bruna Lourenço, revisada pela Secretária Executiva Mariângela
119 Finotti Ribeiro Mendes e segue assinada por mim Bruna Lourenço
120 e pela Presidente Lígia Andrian Leal Serenza Franca, 09 de Setembro de
121 2024.